

## **XXVII CIMEIRA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DE ANDORRA**

21 de abril de 2021

### **COMUNICADO ESPECIAL SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MEIO-AMBIENTE**

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos, reunidos sob forma semipresencial, em Soldeu, Andorra, por ocasião da XXVII Cimeira Ibero-Americana, presidida por Andorra:

Consideram que o aumento da intensidade e frequência de fenômenos climáticos extremos e o avanço alarmante de fenômenos de evolução lenta representam uma ameaça para as nossas sociedades, a biodiversidade, para a coexistência de todas as formas de vida que habitam o nosso planeta e para os ecossistemas que constituem atualmente o nosso habitat e, em geral, para alcançar de forma integral as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Reafirmaram que cada país dispõe de diferentes abordagens, modelos e instrumentos para alcançar um desenvolvimento sustentável, em função das suas circunstâncias e prioridades nacionais.

Afirmam que, para pôr termo à recorrência de eventos climáticos extremos e ao aumento das emissões de gases com efeito de estufa e pôr termo à deterioração da qualidade de vida e dos sistemas de vida dos povos dos nossos países, assim como a perda e degradação da biodiversidade e outros componentes vitais da Mãe Terra e/ou dos ecossistemas do planeta, como a água, o solo e as florestas, é necessário impulsionar a transição para padrões de consumo e produção mais sustentáveis de consumo e produção das nossas sociedades, fortalecendo o uso sustentável dos recursos e dando prioridade ao investimento na proteção, conservação e uso sustentável da natureza para ajudar a impulsionar as economias e promover a inclusão social e a erradicação da pobreza.

Destacam o papel da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como roteiros fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável em três dimensões: económica, social e ambiental.

Concordam, por isso, impulsionar uma transição para uma ação climática sustentável, em termos de mitigação, adaptação e acesso aos meios de implementação, reconhecendo que as alterações climáticas são uma das cinco principais causas de perda de biodiversidade, tal como estabelecido pela Plataforma Intergovernamental Científica -normativa sobre Diversidade Biológica e Serviços dos Ecossistemas. Por conseguinte, é essencial promover a redução urgente das emissões de gases com efeito de estufa, a fim e efeito de prevenir a degradação dos ecossistemas, que prestam serviços essenciais à promoção do desenvolvimento sustentável e desempenham um papel relevante na luta contra as alterações climáticas.

Sustentam que a América Latina e as Caraíbas são um dos territórios mais vulneráveis do planeta aos efeitos adversos deste fenómeno e que, por essa razão, o seu contributo para a luta global contra este fenómeno deve ser reconhecido e apoiado pela comunidade internacional através de apoio técnico e financeiro.

Salientam que, para deter a perda de biodiversidade, é imprescindível promover a implementação equilibrada dos três pilares da Convenção sobre a Diversidade Biológica: a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a distribuição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

Consideram explorar o desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores para promover o desenvolvimento sustentável, tais como planos de pagamento eficientes e efetivos pelos serviços ambientais, de acordo com as abordagens nacionais. Além disso, procurarão formas de incentivar a participação dos setores público e privado na mobilização de recursos.

Destacam o trabalho do Observatório Ibero-Americano sobre Desenvolvimento Sustentável e Alterações Climáticas da La Rábida (Huelva, Espanha), da Rede Ibero-Americana de Gabinetes de Alterações Climáticas (RIOCC), da Conferência de Diretores Ibero-Americanos de Água (CODIA), da Rede de Reservas da Biosfera Ibero-Americana e Caraíbas (IberoMaB) da Rede Latino-Americana de Cooperação Técnica em Parques Nacionais, outras Áreas Protegidas, Flora e Fauna Selvagem (Redparques), a Rede Ibero-Americana de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas (Ripanap) e a Conferência Ibero-Americana de Diretores de Serviços Meteorológicos e Hidrológicos (CIMEHT) pelo seu contributo para a procura de soluções conjuntas face aos desafios ambientais e à promoção de modelos sustentáveis, inclusivos e inovadores de desenvolvimento económico e social, face à atual crise multidimensional causada pela pandemia COVID-19.

A este respeito, assinalaram o interesse de restabelecer a Rede de Diretores Ibero-Americanos em Biodiversidade, para promover e consolidar a cooperação, o intercâmbio de informações e a ação comum para travar a perda de biodiversidade, promovendo a implementação equilibrada dos três pilares da Convenção sobre a Diversidade Biológica: a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a distribuição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

Manifestam que os dados demonstram ser necessário um maior esforço e ambição global para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDS) e cumprir os objetivos do Acordo de Paris, em particular o objetivo de manter o aumento da temperatura média mundial muito abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais e prosseguir os esforços para limitar este aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

Neste contexto, e face à vigésima sexta Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre alterações climáticas (UNFCCC) a realizar em Glasgow, salientaram ser necessário contar com Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC) mais ambiciosas de todos os países, que permitam um aumento global na redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Assim como apresentar Estratégias a Longo Prazo para um desenvolvimento com baixo teor de GEE que facilitem o progresso urgente para a neutralidade climática.

Insistem em que a conservação e o uso sustentável tanto dos ecossistemas terrestres, como das florestas, prados, mangues e zonas húmidas, bem como os dos oceanos e dos

seus ecossistemas marinhos e costeiros, são fundamentais para o processo de regulação do clima e para o apoio ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Recordam a importância de reforçar a cooperação ibero-americana para combater eficazmente o tráfico ilegal e o furto internacional de espécies selvagens de flora e fauna, a exploração e o comércio ilegais de madeira, bem como a prevenção, o controlo e a erradicação de espécies exóticas invasoras.

Destacam a realização da X Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministros do Ambiente, realizada em 16 de setembro de 2020, que conseguiu estabelecer um consenso sobre as políticas ambientais no espaço ibero-americano no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e promover um Agenda Ambiental Ibero-Americano e comprometer-se, nesse âmbito, a continuar a conciliar posições na agenda ambiental na área ibero-americana.

Assinalam também iniciativas de outros espaços de integração regional com as quais é necessário criar sinergias que contribuem para o esforço comum de luta contra as alterações climáticas e a gestão do meio ambiente em harmonia com a natureza, como o XXII Fórum dos Ministros do Ambiente da América Latina e Caraíbas, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) em 1 e 2 de fevereiro em Bridgetown, Barbados.

Concordam em explorar as amplas oportunidades de investimento e emprego oferecidas por padrões sustentáveis de consumo e produção, entre outros modelos, e reconhecem a importância de criar incentivos económicos adequados com vista à promoção de modelos de negócio sustentáveis, de acordo com as abordagens nacionais, incluindo, mas não se limitando, aos de uma economia circular de baixas emissões de gases com efeito de estufa e, quando possível, baseada na conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, de acordo com as abordagens e visões de cada país para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Sublinham igualmente o imperativo de trabalhar para melhorar de forma substancial a resiliência e a capacidade de adaptação dos países em diferentes áreas de desenvolvimento sustentável, com especial ênfase na adaptação baseada nos ecossistemas e na proteção da biodiversidade. Neste sentido, observaram o potencial de abordagens baseadas nos ecossistemas (eBe) ou as soluções baseadas na natureza para fazer face às alterações climáticas e reduzir o risco de desastres, ao mesmo tempo que fornecem soluções sustentáveis para uma utilização sustentável dos recursos e apoiando a necessidade de investir na proteção, conservação e utilização sustentável da natureza.

Consideram que 2021 constitui uma oportunidade para explorar e reforçar, quando for apropriado, sinergias entre a agenda climática e a biodiversidade, de uma forma plenamente respeitadora dos princípios e da independência dos mandatos das convenções ambientais competentes. Neste sentido, salientam a importância de reforçar a proteção, conservação e uso sustentável da biodiversidade, assim como a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos.

Sublinham a urgência de acelerar a promoção de finanças sustentáveis e a compatibilidade dos fluxos financeiros internacionais com um desenvolvimento baixo em emissões e resiliente ao clima, e que não comprometa a conservação da biodiversidade.

Consideram que a luta contra as alterações climáticas e a perda de biodiversidade são também uma política fundamental para promover a justiça social, a igualdade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, salientam a necessidade de fazer face às alterações climáticas e à perda de biodiversidade através de políticas intersectoriais com

benefícios significativos em matéria de saúde, bem como o imperativo de implementar processos de transição justa que garantam que ninguém fique para trás.

Apelam aos países para que renovem esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em matéria de Ambiente, em particular os vinculados com as Alterações Climáticas, a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e a Luta contra a Desertificação, entre outros. Neste sentido, comprometem-se a avançar de forma constante e decisiva, mediante um processo equilibrado, inclusivo e transparente, na negociação sem demoras do Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020, que estabelece metas e objetivos ambiciosos, equilibrados e realistas para responder à magnitude e urgência do desafio da perda de biodiversidade.